

PLANO DE ENSINO 2017/1

COMPONENTE CURRICULAR

CQA.307 - Legislação e Direito Ambiental

SEMESTRE	TURNO	CARGA HORÁRIA (Horas)	CARGA HORÁRIA (Aulas)	TEÓRICA	PRÁTICA
4º	NOTURNO	33	40	40	-

EMENTA

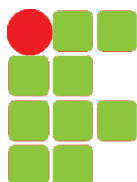
Evolução histórica do direito ambiental, Conceito atual de direito ambiental, Princípios do direito ambiental, O ordenamento ambiental brasileiro, Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e Sistema Nacional do Meio Ambiente: Poderes da República: atribuições, Competência legislativa em matéria ambiental, Órgãos integrantes do sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA), A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); A Política Estadual do Meio Ambiente; O município e o meio ambiente: a competência municipal, **Processo de Licenciamento Ambiental**: Resolução 237/97 – CONAMA, Poder de Polícia, **A Política Nacional de Recursos Hídricos**: Lei 9.433/87, A Política Estadual de Recursos Hídricos, **Responsabilidade Ambiental**: Responsabilidade civil e reparação do dano ecológico decorrentes de acidentes ambientais; A legislação Ambiental e o Atendimento pelas Empresas, **A Nova Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais**: Crimes Ambientais: Lei 9.605/98; Infrações Administrativas Ambientais: Decreto 3.179/99.

OBJETIVOS

- Abordar os principais temas do direito ambiental que estão necessariamente relacionados com a prática do profissional de gestão ambiental;
- Fornecer instrumental para orientação do futuro profissional nas questões jurídico/ambientais que surgirão no âmbito de suas atividades, através da transmissão de conceitos básicos;
- Incentivar o posicionamento crítico dos acadêmicos acerca da questão ambiental, perpassando pela evolução histórica, até chegar na fase holística, em que assuntos atuais como sustentabilidade, mudança climática, créditos de carbono e outros relevantes no plano internacional devem ser pensados;
- Analisar de que forma os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente podem favorecer um contexto de desenvolvimento sustentável;
- Estudar a lei de crimes ambientais, possibilitando a análise dos aspectos gerais e das penalidades em espécie.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Evolução histórica do direito ambiental;
- Principais convenções internacionais;
- Conceito atual de direito ambiental, Princípios do direito ambiental;
- O ordenamento ambiental brasileiro;
- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) – introdução, principais aspectos da lei;
- Sistema Nacional do Meio Ambiente: Poderes da República: atribuições,
- Competência legislativa em matéria ambiental;
- Órgãos integrantes do sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA),
- A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- A Política Estadual do Meio Ambiente;
- O município e o meio ambiente: a competência municipal;
- Processo de Licenciamento Ambiental: Resolução 237/97 – CONAMA; Poder de Polícia;
- A Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei 9.433/87
- A Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Responsabilidade Ambiental: Responsabilidade civil e reparação do dano ecológico decorrentes de acidentes ambientais;



PLANO DE ENSINO 2017/1

- A legislação Ambiental e o Atendimento pelas Empresas.
- A Nova Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais: Crimes Ambientais: Lei 9.605/98;
- Infrações Administrativas Ambientais: Decreto 3.179/99.
- Visitas técnicas propostas (audiência pública, IBAMA, SEMA).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

De acordo com a Organização Didática vigente, fica estabelecido que:

- O docente deverá realizar no mínimo duas avaliações de aprendizagem por componente curricular a cada semestre;
- O desempenho acadêmico será concretizado por uma dimensão somativa de todas as avaliações do semestre através de uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se frações de 0,1 (um décimo).
- Realizadas todas as avaliações, o resultado da Média Semestral (M_{Sem}) será calculado por média aritmética simples de todas as avaliações do período;
- Para efeito de aprovação nos componentes curriculares, os discentes deverão obter M_{Sem} com nota igual ou maior que 6,0 (seis);
- O discente aprovado é aquele que obteve frequência mínima de 75% e nota igual ou superior a 6,0 durante todo o semestre;
- O discente fará Prova Final (P_F) se obtiver frequência mínima de 75% e nota inferior a 6,0 durante todo o semestre;
- O discente estará aprovado se, após a P_F , obtiver Média Final (M_F) igual ou superior a 5,0, sendo:
 $M_F = (M_{Sem} + P_F) / 2$

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (no mínimo 3 referências)

1. ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Lúmen Júris. 2001
2. FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14ª ed. São Paulo. Saraiva. 2013
3. MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 19ª ed. São Paulo. Malheiros. 2011
4. SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 9ª ed. São Paulo. Malheiros. 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (no mínimo 5 referências)

1. CARVALHO, C. G. **O meio ambiente nos tribunais**. São Paulo. Método. 2003
2. MEDAUAR, O. **Coletânea de legislação ambiental**. 12ª ed. SP: RT, 2013
3. MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. 8ª ed. SP: RT. 2013.

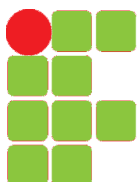
OBSERVAÇÕES

APROVAÇÃO

Professor(a) responsável: _____
Marco Neiva

Equipe Pedagógica: _____
Vanessa Costa Gonçalves Silva

Coordenador do Curso: _____
James Moraes de Moura



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MATO GROSSO
Campus Bela Vista

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

PLANO DE ENSINO 2017/1

EMIÇÃO

Cuiabá/MT, 02 de Janeiro de 2017.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO

Verifique a autenticidade deste documento na página abaixo: